

En Doiro,
antr'o Porto e Gaia

Estudos de Literatura Medieval Ibérica



Organização

JOSÉ CARLOS RIBEIRO MIRANDA

revisão editorial

RAFAELA DA CÂMARA SILVA



estratégias criativas

PORTO

En Doiro, antr'o Porto e Gaia

Estudos de Literatura Medieval Ibérica





PARA UMA EDIÇÃO DA *CRÓNICA DO IMPERADOR BELIANDRO*:

A PROPOSTA DO MS. ANTT 875 COMO TEXTO-BASE*

PEDRO ÁLVAREZ-CIFUENTES
Universidade de Oviedo
alvarezcpedro@uniovi.es

*Il en est de l'art d'éditer les anciens textes comme de tous les autres arts:
il a évolué au gré de modes qui meurent et renaissent.*

Joseph Bédier

Na nossa Tese de Doutoramento¹, defendida no Departamento de Filologia Clássica e Românica da Universidade de Oviedo em 2014, aborda-se o estudo e análise da dilatada tradição textual da *Crónica do Imperador Beliadro*, um romance de cavalaria escrito em meados do século XVII e atribuído pela tradição bibliográfica portuguesa à pena duma mulher singular, a Condessa da Vidigueira D. Leonor Coutinho de Távora (falecida em 1648). Qualquer tipo de edição exige, desde o primeiro momento, uma aproximação geral à problemática do corpus que se tenciona editar. A complexidade textual da *Crónica do Imperador Beliadro* radica na sua recensão aberta e na possível intervenção de diferentes autores no seu prolongado processo de redação e circulação manuscrita, o que motivou a coexistência de, pelo menos, três versões do mesmo romance, as quais funcionam quase como livros completamente diferentes e independentes. Denominámos estas três versões «Versão Primitiva» ou «Truncada», «Versão Ampliada» ou «Remendada» e «Versão Moderna» ou «Refundida». Na nossa Tese de Doutoramento realiza-se, em modo de catálogo, a primeira recensão e descrição detalhada de cada um dos trinta e três testemunhos localizados que transmitiram as duas primeiras partes do *Beliandro* – um amplo corpus textual que abrange um arco temporal que se estende ao longo de uma centúria –, ao mesmo tempo que se propõe uma sistematização da tradição textual do romance em jeito de estema, em virtude do cotejo das principais variantes detetadas, que, infelizmente, nem sempre arrojjaram resultados coerentes.

* Agradeço à Joana Castaño a revisão linguística deste texto.

1. Pedro Álvarez-Cifuentes, *La Crónica do Imperador Beliadro: edición y estudio del Ms. ANTT 875*, tese de doutoramento, Universidad de Oviedo, 2014.

A AUSÊNCIA DE UM ARQUÉTIPO

Ao propormos editar, pela vez primeira, a Primeira e a Segunda Parte da *Crónica do Imperador Beliadro* – «um dos tantos livros de cavalarias quinhentistas portuguesas que permanecem esquecidos há séculos»² –, constatámos que lamentavelmente não sobreviveu nenhum testemunho autógrafo ou procedente da mão do seu autor. Dispomos, no entanto, de uma quantidade muito considerável de cópias apógrafas, que se remontariam ao original através de um número indeterminado – e, em todo caso, desconhecido e difícil de verificar – de cópias intermédias. Além disso, a falta de datação da maior parte dos manuscritos recuperados complica a tarefa do editor do *Beliadro*. *Grosso modo*, poderia estabelecer-se um marco cronológico que vai, pelo menos, desde 1692 (Ms. 152 da Library of Congress of Washington) até 1763 (Mss. LXXIV-LXXVII da Biblioteca do Palácio Ducal de Vila Viçosa). Grande parte dos testemunhos parecem remontar a sua origem à segunda metade do século XVII e à primeira do século XVIII, enquanto outros já foram copiados, com certeza, no século XIX³.

Nem sequer a existência de um manuscrito original do *Beliadro* está comprovada, senão apenas como arquétipo, seguramente incompleto e suscetível de mudanças e deturpações desde as primeiras etapas do seu processo de circulação⁴. Outrossim, convém ter em conta a possibilidade de que se tratasse de um texto em que intervieram diferentes autores, uma hipótese sob a qual os resultados críticos seriam muito problemáticos e, por definição própria, ecléticos.

Um texto de autoria múltipla – em especial aqueles que emanam antes «dum escriba que do próprio autor», como poderia ser o caso do *Beliadro* –, é suscetível de conter um número de alterações que se somam à problemática da «dupla camada de erros, ou seja, ao resultado normal de dois [ou mais] processos de transmissão»⁵. Portanto, o grau de autenticidade dos manuscritos que até nós chegaram é muito variável e, aparentemente, não proporciona grandes certezas à hora de oferecer um testemunho fidedigno do texto original do livro de cavalarias atribuído à condessa da Vidigueira, um romance que o seu

2. Raúl Cesar Gouveia Fernandes, *Crónica de D. Duardos (Primeira Parte)*, cód. BNL 12904: edição e estudo, tese de doutoramento, Universidade de São Paulo, 2006, p. 366.
3. Apesar da tentadora proposta, não considerámos a precoce data apontada por Vargas Díaz-Tolledo no Ms. 8871 da Biblioteca Nacional de Portugal (1604), por considerá-la apócrifa.
4. Lembre-se o «cartapácio original» descrito por Carolina Michäelis de Vasconcelos em termos um tanto idealizados na sua edição decimonónica da lírica de Sá de Miranda, o qual já reconhecia as frequentes variantes dos seus poemas no célebre soneto endereçado ao príncipe D. João: «Tardei, e cuido que me julgam mal, / qu'emendo muito e, qu'emendando, dano. / Senhor, porqu'hei gram medo au meu engano / deste amor que nos temos desigual: / Todos a tudo o seu logo acham sal; / eu risco e risco, vou-me d'ano em ano / [...] Ando cos meus papeis em diferenças» (*apud* Carolina Michäelis de Vasconcelos, *Poesias de Sá de Miranda*, Halle, Max Niemeyer, 1885, p. 261).
5. Bárbara Spaggiari & Maurizio Perugi, *Fundamentos da crítica textual*, Rio de Janeiro, Lucrena, 2004, p. 127.

filho, o primeiro marquês de Nisa D. Vasco Luís da Gama (1612-1676), tentou fazer imprimir de maneira póstuma⁶ em Roma em finais da década de 1640.

Numa primeira etapa, a falta de um manuscrito autorial e a ausência de uma edição vigiada pelo escritor ou pelo impressor dificultaram enormemente o nosso trabalho. No entanto, a nossa proposta de hierarquização do corpus textual da Segunda Parte do *Beliandro* em três versões de redação sucessiva – que, como já comentámos, denominámos «Versão Primitiva» ou «Truncada», «Versão Ampliada» ou «Remendada» e «Versão Moderna» ou «Refundida» – permitiu-nos suprir, parcialmente, estes graves problemas textuais e selecionar os testemunhos que utilizámos no processo de edição⁷. O nosso principal interesse consistia em apresentar a versão originária da Primeira e da Segunda Parte da *Crónica do Imperador Belíandro*, a qual, pelas suas coordenadas temporais, poderíamos associar à atividade criativa de D. Leonor Coutinho de Távora. O ponto de partida, portanto, consistiu na seleção dos testemunhos que apresentam especificamente a que denominámos a «Versão Truncada» da *Crónica do Imperador Belíandro* – a qual estimamos primitiva –, com extremo cuidado à hora de analisar aqueles manuscritos que foram completados com os cinco últimos capítulos da Segunda Parte que, em muitos aspetos, resultam incoerentes com o argumento até então desenvolvido.

UMA EDIÇÃO DIPLOMÁTICO-INTERPRETATIVA

A nossa intenção inicial era empreender uma edição crítica do romance. No entanto, sob o exemplo da proposta de edição da Primeira e da Segunda e Terceira Partes da *Crónica de Dom Duardos* de D. Gonçalo Coutinho, acometidas pelos professores brasileiros Raúl Fernandes (2006) e Nanci Romero (2012), esta edição crítica acabou por não ter lugar, devido à complexidade da história textual das diferentes partes do *Beliandro* e a

6. As edições póstumas de escritores do *Quinhentos* português tão reconhecidos como Francisco de Sá de Miranda, Fernão Álvares de Oriente, Pero de Andrade Caminha, André Falcão de Resende, Fernão Rodrigues Lobo Soropita, Frei Agostinho da Cruz, etc., demonstram que foram escassos os autores que chegaram a ver a sua obra publicada em vida (Spaggiari & Perugi, *Fundamentos da crítica textual*, pp. 145-146).
7. Uma problemática semelhante é referida por Spaggiari e Perugi, no âmbito da filologia francesa, em relação ao *Roman de Renart*: «Trata-se de uma tradição manuscrita extremadamente complexa, na qual, desde o fim do séc. XIX, apareceu clara a distinção entre três redações, mais alguns manuscritos denominados «independentes». Depois de Ernst Martin ter editado o *Roman de Renart* com base num manuscrito da família *alfa*, fixando a numeração das «branches» de forma praticamente definitiva, seguiram-se as edições de Mario Roques, baseada num Ms. da família *beta*, e duma equipe de filólogos japoneses, baseada num Ms. da família *gama*. Uma vez que a editora francesa Pléiade confiou a publicação do *Roman de Renart* a uma equipe dirigida por Armand Strubel, a atenção dos organizadores orientou-se, de forma inevitável, para a única parte da tradição manuscrita que tinha ficado inédita, ou seja, aquela dos chamados manuscritos independentes, um dos quais fornece, justamente, a base da edição» (*Ibidem*, p. 68).

apavorante quantidade de manuscritos sobreviventes, que, através das suas consideráveis versões, adaptações e variantes autorais ou de transmissão – isto é, devidas à pena do autor original ou dos sucessivos copistas⁸ – dificultam o estabelecimento de um texto crítico.

Seguindo as considerações de Raúl Fernandes⁹ em relação à problemática de editar um texto pela vez primeira – e especialmente um texto de que se conservam testemunhos tão numerosos e tão divergentes –, cabe retomar a proposta do professor Heitor Megale a propósito da edição do manuscrito vienense da *Demanda do Santo Graal* galego-portuguesa:

«Técnicamente falando, a seqüência esperada de gerações na história da edição de um manuscrito como este [...] seria a seguinte: primeira geração, edição paleográfica; segunda geração, edição crítica, e terceira, edição modernizada»¹⁰.

Conclui Fernandes:

«De fato (e sem levar em consideração a possibilidade da edição modernizada, etapa ulterior), a edição crítica de um texto deve ser considerada a conclusão do processo de estudo e conhecimento do texto em si e das cópias que o preservaram – especialmente no caso da obra manuscrita, extensa e com numerosas cópias»¹¹,

como é o caso tanto da *Crónica de D. Duardos* como da *Crónica do Imperador Beliadro*.

Em primeiro lugar, realizámos a recensão de todos os testemunhos que nos chegaram da Primeira e Segunda Partes da *Crónica do Imperador Beliadro* e, no percurso da nossa pesquisa, foram localizados três novos manuscritos na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia de Belém, em Lisboa¹². No total, o corpus textual da duas primeiras partes do romance é constituído atualmente por trinta e três exemplares diferentes, que são descritos codicologicamente com detalhe.

Os procedimentos clássicos de *collatio* e *eliminatio codicum descriptorum* não garantem a simplificação da tarefa inicialmente proposta, senão o contrário. Diante de um texto

8. «Na ausência de indícios fortes, solidários, e bastante numerosos, em favor da probabilidade de que se trate de redação autoral, estas recodificações deverão de ser imputadas à atividade dos copistas» (*Ibidem*, p. 162).

9. Fernandes, *Crónica de D. Duardos...*, p. 123.

10. Heitor Megale, «A *Demanda do Santo Graal*: do manuscrito ao texto modernizado», in *II Encontro de Edição Crítica e Crítica Genética: a Ecloração do Manuscrito*, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1989, pp. 23-29.

11. Fernandes, *Crónica de D. Duardos...*, p. 123.

12. Trata-se dos exemplares nº 47, 48 e 81 do Museu Nacional de Arqueologia de Belém, procedentes da coleção pessoal do erudito Leite de Vasconcelos. *Vid.* Pedro Álvarez-Cifuentes, «Tres nuevos manuscritos de la *Crónica do Imperador Beliadro*: descripción codicológica y análisis», in *Tirant. Butlletí informatiu i bibliogràfic de literatura de cavalleries*, 16 (2013), pp. 215-232.

como o *Beliandro*, que se caracteriza pela sua recensão aberta, resulta mais complicada a reconstituição do original ou o arquétipo da tradição, a seguir o venerável método lachmanniano. Neste sentido, a nossa colação dos testemunhos foi restrita a certos excertos, seguindo o critério de Spaggiari e Perugi:

«No caso de termos uma obra, ao mesmo tempo, muito extensa, e transmitida por muitos mss., é geralmente admitido que a «collatio» não cobra a totalidade do texto, limitando-se a um côngruo número de trechos, escolhidos seja de forma mecânica (aleatória), seja com base a sua notória dificuldade. Deste processo de comparação parcial interessam, portanto, apenas os «loci selecti» (trechos escolhidos), ou então, «loci critici» (trechos críticos)»¹³.

Um critério muito similar é expresso por Spina:

«obras de certa extensão exigem um confronto mais demorado, um exame de vários indícios para atestar a descendência. Daí o recurso ao confronto dos chamados «lugares críticos» (ou «pontos críticos»), que ajudam a estabelecer não só a dependência de um manuscrito a outro, mas a afinidade ou parentesco de todos os manuscritos da tradição – quando esses manuscritos são numerosos»¹⁴.

À mesma conclusão chega Giulia Lanciani ao apresentar a edição das *Parvoíces* do poeta António Ribeiro Chiado (1520?-1591), das que existem duas versões de redação muito diferente, um caso muito similar ao das três versões do *Beliandro*:

«As discordâncias entre os dois testemunhos são tais que desaconselham, como em todo caso de recensão aberta, qualquer tentativa de edição crítica (enquanto reconstrução de um texto “arquétipo”)»¹⁵.

Para Lanciani, se procedêssemos a uma contaminação dos testemunhos, na tentativa de reconstruir o hipotético original, «correr-se-ia o perigo de fabricar um texto que nunca existiu e que seria [...] nem sequer uma hipótese de trabalho, mas uma criação do próprio editor»¹⁶. Evidentemente, a adoção de um manuscrito base – designado de forma

13. Spaggiari & Perugi, *Fundamentos da crítica textual*, p. 33.

14. Segismundo Spina, *Introdução à edótica*, São Paulo, Cultrix, 1977, p. 93.

15. Giulia Lanciani, «Textos portugueses dos séculos XVI a XVIII. Problemas ecdóticos», in *Critique textuelle portugaise: Actes du colloque*, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, 1986, p. 281. «Em tal situação», conclui a mesma autora, «ao editor não resta [...] senão o caminho da edição sinóptica, isto é, de uma edição em paralelo de todos os testemunhos disponíveis, cada um dos quais caracterizado, quase sempre, por uma autónoma organização do material narrativo e por distintos rasgos estilísticos e linguísticos» (Lanciani, «Textos portugueses...», p. 288).

16. Lanciani, «Textos portugueses...», p. 283.

mais ou menos convencional, segundo o caso – «já constitui por si mesma uma indevida ampliação da margem de arbitrariedade no processo da escolha»¹⁷. Uma vez descartadas, portanto, as opções de edição crítica ou edição modernizada, optou-se por realizar uma edição de tipo diplomático-interpretativo, a que consideramos a mais adequada para os nossos interesses, por permitir a atualização e regularização da pontuação e a ortografia do texto original.

«Uma edição diplomático-interpretativa pode recorrer a sinais de pontuação e pode adaptar o texto à ortografia atual, juntando partes separadas de um só vocábulo e separando elementos vocabulares conglomerados»¹⁸.

Assim, o romance poderá ser entendido da melhor maneira possível pelos leitores contemporâneos.

O MANUSCRITO ANTT 875 COMO TEXTO-BASE

Após um árduo trabalho codicológico iniciado com as pesquisas conducentes à elaboração do nosso Trabalho de Investigação de Doutoramento (2010), o códice escolhido para servir de texto-base à edição das duas primeiras partes da *Crónica do Imperador Beliandro* foi o Ms. 875, procedente da coleção «Manuscritos da Livraria» do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), em Lisboa. Vamos justificar a seleção deste testemunho como *copy-text* da nossa edição. O códice ANTT 875 dá conta da Primeira Parte e a «Versão Primitiva» ou «Truncada» da Segunda Parte, à qual foram adicionados posteriormente cinco novos capítulos que concluem a trama principal do romance. Estes capítulos, sem dúvida apócrifos, sofrem de certos problemas estruturais e incoerências argumentais que revelam a intervenção de uma mão alheia à do autor original do texto.

Por se tratar de uma edição destinada a redescobrir um texto literário até ao momento inédito, optámos por realizar a transcrição completa do texto da Primeira e da Segunda parte do *Beliandro* a partir do Ms. ANTT 875, de escrita consideravelmente legível e pontuação bastante coerente, características que fizeram menos necessária a intervenção constante do editor. O códice recebe o título *Chronica do Emperador Beliandro* e constitui um dos exemplares recuperados que aparecem escritos a dupla coluna, um procedimento

17. Spaggiari & Perugi, *Fundamentos da crítica textual*, p. 118. Mais adiante, os autores salientam a mesma ideia: «Posto que as diferentes redações duma obra nunca devem ser misturadas, nomeadamente no caso de redações autorais, elas podem, contudo, funcionar como ramos diferentes da tradição, e ser, portanto, reciprocamente utilizadas com vista a corrigir erros mecânicos presentes na tradição» (Spaggiari & Perugi, *Fundamentos da crítica textual*, p. 142).

18. Leodegário Amarante de Azevedo, *Iniciação em Crítica Textual*, Rio de Janeiro, Presença, 1987, p. 30.

empregado geralmente na cópia de obras literárias de considerável extensão para garantir um melhor aproveitamento do espaço disponível¹⁹.



ANTT 875, fol. 74r

(documento cedido pelo ANTT)

O texto do códice foi copiado de maneira uniforme pelo mesmo amanuense num claro tipo de letra humanística em tinta de cor ocre avermelhado escuro. Em geral, as abreviaturas utilizadas pelo copista são muito raras. Um tipo de letra muito similar – se não idêntica – aparece, por exemplo, em várias cartas ditadas pelo primeiro marquês de Nisa, datadas de Paris entre 1648 e 1649 e conservadas na Biblioteca Pública de Évora²⁰. O sistema gráfico empregado pelo copista destaca-se pela sua relativa coerência, um aspeto que tentamos reproduzir na nossa edição do texto. Ao longo do códice detetamos uma certa disposição de ordens nos títulos e encabeçamentos dos capítulos, que tentariam imitar a tipografia impressa. Aliás, não existe nenhum tipo de decoração nem ilustrações no corpo do manuscrito. Destaca-se também a presença de algumas correções ou adições, realizadas possivelmente pelo próprio copista, e alguns sinais como asteriscos, cruces ou dois pontos e travessões, que poderiam indicar pausas ou interrupções no processo de copiado. Em outras ocasiões parecem assinalar alguns erros, como se o

19. Manuel Sánchez Mariana, «La novela en manuscrito en los Siglos de Oro», in José Manuel Lucía Megías (ed.), *Imprenta, Libros y Lectura en la España del Quijote*, Madrid, Ollero y Ramos, 2006, p. 134.

20. Biblioteca Pública de Évora, *Correspondência vária*, cód. CVI / 2 - 1.

códice tivesse sido cotejado com outra cópia contemporânea. Também constam algumas chamadas de atenção traçadas a lápis que nem sempre conseguimos decifrar.

Para além disso, a encadernação que conservou o códice, em pele de carneiro castanha sobre cartão, ilustra em folha de ouro uma delicada gravura ou *super libris* do escudo de armas dos marqueses de Nisa e condes da Vidigueira, os descendentes de D. Leonor Coutinho através do seu filho D. Vasco Luís da Gama. A descrição das armas dos Gamas figura nos *Brasões da Sala de Sintra* de Braamcamp Freire:

«Enchequetado de oiro e vermelho de três peças em faixa e cinco em pala, sendo as vermelhas carregadas cada uma de duas faixas de prata; e no ponto de honra do escudo um escudete de prata carregado de cinco escudetes de azul postos em cruz, e sobrecarregados cada um de cinco besantes de prata»²¹.



ANNT 875, encadernação (pormenor)
(documento cedido pelo ANTT)

A presença deste escudo de armas poderia revelar que o testemunho ANNT 875 é a cópia conservada pela família de D. Leonor Coutinho. A encadernação dos livros pertencentes à biblioteca pessoal de D. Vasco Luís da Gama vem confirmada pela seguinte descrição bibliográfica, que se ajusta à do volume em questão:

«O Marquês de Niza [D. Vasco Luís da Gama] marcava os seus volumes com as armas xadrezadas de oiro e vermelho dos Gamas, e adoptava uma encadernação uniforme, como se comprova por êste periodo de uma carta dirigida a D. Vicente Nogueira: [...] «e como tenho enquadrado todos de huma mesma maneira e com as minhas armas, foi assentado não bulir Vossa Mercê na enquadranação» [...]. As en-

21. Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra*, Lisboa, INCM, 1996, vol. III, p. 384.

cadernações do Marquês de Niza [...] eram em carneira castanha, com duplo filete, a oiro, à margem das pastas, e ao centro, a oiro também, o seu super-libro heráldico»²².

Além disso, o testemunho ANTT 875 adscrive-se à que denominámos Primeira Família de manuscritos da *Crónica do Imperador Beliandro*, todos os quais – sem diferenças altamente significativas, apesar das consideráveis modificações de tipo ortográfico – incluem a Primeira e a Segunda Parte do *Beliandro* num mesmo códice e refletem a «Versão Truncada» da Segunda Parte composta por um total de 51 capítulos, com interrupção *ex abrupto* no polémico «vinde valer». Esta série de manuscritos corresponde, em grandes linhas, ao grupo 1.1 proposto por Nanci Romero²³ através do cotejo de variantes. Todas estas razões avalizariam a consistência da seleção do testemunho ANTT 875 como texto-base da nossa edição²⁴.

No catálogo on-line do Arquivo Nacional da Torre do Tombo <<http://digitarq.dgarq.gov.pt>> constam as seguintes informações sobre o Ms. ANTT 875: «datado entre 1500 e 1700» e «autoria incerta. Alguns autores atribuem-no a D. Leonor Coutinho, condessa da Vidigueira (15--16--). Outros pensam ser seu autor D. Francisco de Portugal, 3º conde de Vimioso (1550-1582)», muito embora desconheçamos a fonte exata à qual remetem e que produz no passado alguns mal-entendidos. Infelizmente, a datação do códice ANTT 875 não é segura, ao não constar nenhum elemento que nos permita averiguá-la com certeza. Como apontávamos, a letra é do século XVII e, se a nossa hipótese sobre a encadernação original com as armas do primeiro marquês de Nisa é certa, poderíamos datá-lo por volta da segunda metade desta centúria. A análise das filigranas, no entanto, não oferece grandes certezas quanto a este aspeto, se bem que em alguns fólios aparecem filigranas e marcas de água similares às utilizadas em documentos holandeses de meados do Setecentos²⁵.

-
22. Matias Lima, *A encadernação em Portugal*, Gaia, Edições Pátria, 1933, p. 49. Também o manuscrito ANTT 686 da *Argonáutica de Cavalaria* do madeirense Tristão Gomes de Castro apresenta o mesmo *super libris* heráldico, um facto que, segundo Vargas Díaz-Toledo, demonstraria «la aceptación que debió tener el libro entre la nobleza lusitana durante el siglo XVII» (Aurelio Vargas Díaz-Toledo, *Edición crítica y estudio del Leomundo de Grécia, de Tristão Gomes de Castro*, tese de doutoramento, Universidad Complutense de Madrid, 2007, p. 231).
 23. Nanci Romero, «*Crónica do Imperador Beliandro de Grécia* ou *História Grega do Imperador Beliandro*: uma proposta de estema», in Antonia Martínez Pérez & Ana Luisa Baquero Escudero (eds.), *Estudios de Literatura Medieval. 25 años de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval*, Murcia, Universidad de Murcia, 2012, pp. 845-854.
 24. Também na opinião da professora Romero, o códice ANTT 875 «aparenta ser a melhor cópia» (Romero, «*Crónica do Imperador Beliandro...*», p. 851).
 25. Edward Heawood, *Watermarks mainly of the 17th and 18th Centuries*, Hillversum, The Paper Publications Society, 1950, p. 80.



ANTT 875, fol. 262r
(documento cedido pelo ANTT)

A partir da interrupção do capítulo 51 da Segunda Parte, os capítulos apócrifos mantêm a disposição encaixada a dupla coluna, imitando a *mise-en-page* original, mas a letra é mais moderna – de finais do século XVIII ou talvez ainda posterior – e o amanuense que completou o códice nem sempre percebe bem o que está a copiar, comete graves erros e deixa muitos espaços em branco. A mesma mão parece ter escrito a informação da folha preliminar que insiste em atribuir o texto a D. Leonor Coutinho, a mais provável autora do romance:

«Hê Autora desta obra D. Leonor Coutinho, filha de Ruy Lourenço de Tavora, que foy Vice Rey da India, a qual cazou em segundas nupcias com D. Francisco da Gama, quarto Conde da Vidigueira, Almirante da India, e duas vezes Vice Rey...»

A NOSSA PROPOSTA DE EDIÇÃO

O núcleo central da nossa Tese de Doutoramento é, portanto, a edição diplomático-interpretativa da Primeira e a Segunda Partes da *Crónica do Imperador Belindro*, na qual se utiliza como texto-base o citado Ms. ANTT 875. Devido à sua problemática intrínseca, impuseram-se uns critérios de edição conducentes à regularização do sistema gráfico empregado pelo copista, o qual, contudo, consegue transmitir a singularidade específica do texto e do estado linguístico próprio do período seiscentista, caracterizado pela sua

variabilidade e flexibilidade. A nossa proposta de edição do texto da *Crónica do Imperador Beliandro* surge, assim, como resultado de um minucioso trabalho filológico destinado a estabelecer a sua mais provável redação originária e assentar os fundamentos necessários para uma interpretação historicamente plausível do romance atribuído à Condessa da Vidigueira. O processo de edição é, precisamente, o procedimento prévio e intransferível que possibilita o conhecimento adequado de uma obra literária e da sua difusão e transcendência. Sem dúvida, no âmbito da crítica textual:

«Os problemas mudam de obra para obra, e para cada caso o filólogo deve adoptar técnicas próprias do trabalho; nenhuma edição se faz sob modelo: todas as operações são metódicas, em atenção à época, ao autor, ao lugar e às circunstâncias em que a obra foi elaborada»²⁶.

No entanto, o nosso estudo de um texto tão rico e extenso como é a *Crónica do Imperador Beliandro* serve apenas de enquadramento e ponto de partida para futuros desenvolvimentos da sua análise crítica.

26. Spina, *Introdução à edótica*, p. 81.